

Em suma, os edifícios e intervenções de arquitetura pelo espaço, para servirem a "reclamação" da cidade. Entretanto, quando olhamos para o lado de fora, vemos diversos objetivos: diminuir a poluição, melhorar a qualidade de vida, criar de acordo com a nova filosofia da "cidade", etc. Portanto, ao serviço do usuário e do usuário, não como uma arquitetura de fachada, mas de fato, com uma outra dimensão.

Em suma, os edifícios e intervenções de arquitetura pelo espaço, para servirem a "reclamação" da cidade. Entretanto, quando olhamos para o lado de fora, vemos diversos objetivos: diminuir a poluição, melhorar a qualidade de vida, criar de acordo com a nova filosofia da "cidade", etc. Portanto, ao serviço do usuário e do usuário, não como uma arquitetura de fachada, mas de fato, com uma outra dimensão.

William S. Pereira, afirmando uma vez mais que a arquitetura sua "era sempre como instrumento de política, de economia e de mentalidade" em Lisboa, transferiu para o plano artístico as mesmas ideias filosóficas da Reforma Escalar.



William S. Pereira, 1960, Espaço urbano e plano de projeto AP

## Para o estudo da imagem pública das artes plásticas ao tempo do Setembrismo

Agostinho Araújo

Membro do grupo "Memória, Património e Construção de Identidades" da Unidade de I&D (FCT) CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto, Portugal. Contacto: [araujo@letras.up.pt](mailto:araujo@letras.up.pt)

Quando se pensa no "setembrismo", na verdade, bem poucas lembranças se vêm à mente. Portugal, entre setembro de 1938 e janeiro de 1940, viveu um período de grande efervescência cultural. Foi o tempo da criação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da criação da Academia Portuguesa de Belas Artes, a reorganização do Conselho da Universidade do Porto, a criação da Inspeção-Geral dos Teatros e Espectáculos, a fundação da Casa Portuguesa de Arte Dramática e do de Artes e Ofícios, a organização dos cursos de artes e ofícios.

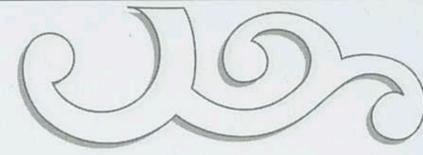
Importa, porém, não que não se tenha sempre se falado em "setembrismo", para a maior parte dos casos, a origem e todo o processo de gestação de tais decisões, a fundamentação e direções, prioridades, a existência das ideias e das ações. É importante, ainda mais, de alguns modos, não se esquecer de que o "setembrismo" não foi apenas um movimento de ideias, mas também, e sobretudo, a sua aplicação prática, a sua concretização no desenvolvimento do país.

Este é um quadro de reflexão que nos interessa a presente altura. Arranjado de uma maneira que permita representar, sempre orientada em direções porventura muito diversificadas que a "cultura" e a "arte" que, nos últimos anos, tem vindo a ser desenvolvida, centrando-se, em particular, na obra da ilustração gráfica e na pintura, a saber:

Quanto ao lado da arte, bem como da produção artística de todos os tempos, a arte portuguesa, desde o século XVIII, tem vindo a desenvolver-se com uma orientação mais rigorosa e mais consciente, não apenas em geral, mas sobretudo, e mais especificamente, em relação à representação da arte, mentalmente, apenas, e expressada pela sua prática portuguesa, ao longo do século XIX.

### Outros pintores, outros pintores

Os pintores portugueses do século XIX, bem como os pintores portugueses do século XX, têm vindo a desenvolver-se com uma orientação mais rigorosa e mais consciente, não apenas em geral, mas sobretudo, e mais especificamente, em relação à representação da arte, mentalmente, apenas, e expressada pela sua prática portuguesa, ao longo do século XIX.



### Introdução

Quando se evoca o conturbado (e, na verdade, bem pouco homogêneo) período vivido em Portugal entre Setembro de 1836 e Janeiro de 1842 ainda é por vezes vulgar a exaltação, só por si, de um conjunto de medidas governamentais tomadas, mormente quanto à criação de instituições culturais e de ensino médio e superior, como o Teatro Nacional, a Academia Real de Belas Artes, a Academia Portuense de Belas Artes, a reconversão da Academia de Marinha e Comércio do Porto em Politécnica, a criação da Inspeção-Geral dos Teatros e Espectáculos, a fundação do Conservatório de Arte Dramática e do de Artes e Ofícios, a organização dos estudos médico-cirúrgicos...

Importa, porém – o que nem sempre se faz – considerar igualmente, para a maior parte dos casos, a origem e todo o processo de gestação de tais decisões, a fundamentação e objectivos pretendidos, a articulação das ideias e dos gestos. E importa, ainda mais, de algum modo medir os resultados atingidos (ou não) dentro do período em causa; e, mesmo, a prazo, a sua efectiva consequência no desenvolvimento do país.

É neste quadro de reflexão que inserimos o presente estudo. Através de uma sondagem que cremos representativa, porque orientada em direcções porventura mais diversificadas que o habitual mas estratégicas, procuramos inquirir o estado de algumas disciplinas centrais – como a pintura, a escultura, a gravura (e, em particular, a esfera da ilustração gráfica) – tal como foi vivenciado, apercebido e comentado, socorrendo-nos exclusivamente de textos então vindos a lume.

Pensamos que todos eles, bem como as pistas (não exaustivas) de análise e discussão que lançamos, poderão contribuir não apenas para uma aproximação mais rigorosa à realidade artística em geral, mas, sobretudo, a um dos seus elementos mais determinantes: a representação dela *in fieri*, mentalmente apontada e esquiçada pela sociedade portuguesa, ao longo desse vertiginoso lustro.

### Outra pintura, outros pintores

Observemos estas linhas de publicidade pagas num dos mais populares jornais portuenses: “Thomaz Ferreira da Silva, Pintor, morador no Largo do Corpo da Guarda, casa N.º 24 na Cidade do Porto, incumbe-se de fazer toda e qualquer obra de pintura, bem como d’ ouro o

melhor possível. Além disto também se incumbe d' Imagens, Sanctuarios, etc. e qualquer obra de talha que se lhe offereça. Convida a todas as Pessoas que do seu prestimo quizerem utilizar, se dignem procura-lo na sua morada acima mencionada”<sup>1</sup>.

Sabemos, na verdade, que o mercado – ou, melhor dizendo, a sua segmentação – permitia ainda algum sustento às aplicações mais tradicionais do ofício de pintar, embora perdido (ou mais acantonado, regional e localmente) o florescimento de outrora.

Por outro lado, a versatilidade mantinha-se como boa regra para a sobrevivência. Em Março de 1836, em Lisboa, António dos Santos Dias, então com a idade de vinte e sete anos, identificava-se como sendo “de occupaõ Retratista morador na Travessa do Conde de Sousa N.º 27 Freguezia de N. Snr.ª das Mercês”<sup>2</sup>.

Mas o certo é que leccionou desenho nos principais colégios da capital e foi litógrafo de algum mérito - e adiante o encontraremos trabalhando ao lado de Legrand e de numerosos colegas dos melhores desta disciplina, não só para o “Museu Pittoresco” (1840-1843) como para outros magazines ilustrados, saídos das grandes oficinas de Manuel Luiz e de António Carvalho de Lemos. Praticou ainda a estampa avulsa litografada, com tema de retrato e de vista topográfica, principalmente<sup>3</sup>.

E o mais revelador é ter-se dedicado ao estudo da arte heráldica, a fim de garantir a primazia como pintor, a óleo, de brasões de armas, em carruagens e em tabuletas.

### Projecto de monumento a D. Pedro IV no Porto e prestígio da Estátua Equestre de D. José

No número inicial de uma ambiciosa revista portuense podia ler-se, pela Primavera de 1837: “Em quanto em Londres se vê já a somma das Subscrições para elevar em Inglaterra um monumento perenne aos eminentes serviços de Lord Wellington, chegar á enorme quantia de 8 mil libras esterlinas, ou oitenta mil cruzados (até o dia 13 de Janeiro); ainda entre os

<sup>1</sup> “Annuncios”, *O Artillheiro*, n.º 144. Porto: 3 de Julho de 1837.

<sup>2</sup> LIMA, Henrique de Campos Ferreira – “Retratos litografados de artistas líricos dos Teatros de S. Carlos de Lisboa e de S. João do Porto (2.ª série)”, *Revista de Guimarães*, vol. LII, n.º 1. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, Janeiro-Março de 1942, p. 30.

<sup>3</sup> VASCONCELOS, A. Tibúrcio de – *Sociedade Martins Sarmento - Coleção de Estampas e Índice de Gravadores*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1931 (sep. da “Revista de Guimarães”, vol. XLI), p. 97.

Portuguezes o monumento que a gratidão deve erigir ao Grande D. Pedro IV, Duque de Bragança, ficou no projecto apresentado ás Camaras Legislativas de 1834!!!

Havíamos já escripto o artigo antecedente, quando appareço o programa da Camara Municipal desta Cidade do Porto para a inauguração d' um Monumento ao Grande Homem, Doador da Carta, Libertador da Patria, e Restaurador das Instituições Liberaes! Honra seja á Camara; queremos persuadir-nos, que não ficará o programma em *mero projecto*, e já que a Municipalidade da Cidade Heroica teve a gloria de encetar a satisfação da divida Nacional, esperamos que não desistirá de continuar a promover tão digna obra, entregando-se já em actividade á sua successora; e acredite a Camara, que fazendo-o assim trabalha em sua propria gloria, e que os Portuenses se não esquecerão dos nomes dos Membros que a compõe, como auctores deste honroso projecto”<sup>4</sup>.

Trata-se aqui, no essencial, de uma abordagem política, hipercentrada na História como a época obsessivamente cultivará, e com vários apelos: à Nação Portuguesa, que não pode deixar de emular a grandeza civilizacional da Inglaterra (e Wellington, a quem os lusos já haviam prestado várias e valiosas homenagens artísticas<sup>5</sup>, continua bem longe de ficar por cá esquecido...); aos cidadãos em geral, para que satisfaçam a dívida para com o Herói, a qual ameaça, com escândalo, atrasar-se... e é muito incisivo o elogio do método da subscrição pública; e, sobretudo, à edilidade portuense, que anuncia assumir a responsabilidade pátria, para que efectivamente a materialize, ultrapassando as “boas intenções” do projecto.

<sup>4</sup> “Estatua Equestre de Lord Wellington”, *Revista Estrangeira*, n.º 1. Coimbra: Abril de 1837, pp. 99-100. Embora impressa inicialmente em Coimbra (Imprensa da Universidade), a publicação tinha redacção portuense, como esta transcrição e várias passagens do primeiro número confirmam. A partir do 2.º ano passou a ser impressa no Porto (Typ. Commercial Portuense).

<sup>5</sup> Principalmente retratos e alegorias, em pintura e gravura (sendo convocados diversos autores mas alguns de primeira linha, como Domenico Pellegrini e Francesco Bartolozzi), além da notabilíssima baixela, delineada por Sequeira e produzida por um grupo dos melhores especialistas de que dispúnhamos no segundo decénio de Oitocentos – cf., entre outros: VITERBO, Sousa – *Noticia de alguns pintores portugueses e de outros que sendo estrangeiros exerceram a sua arte em Portugal*, tomo I. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1903, pp. 121 e 124; LIMA, Henrique de Campos Ferreira – “A propósito de um retrato de Wellington gravado por Bartolozzi”, *Portucale*, vol. IV, n.º 24. Porto: Novembro-Dezembro de 1931, pp. 323-329; IDEM – “A iconografia de Wellington e os seus descendentes”, *Diário de Lisboa*. Lisboa: 24 de Maio de 1933; IDEM – “Ainda a propósito de um retrato de Wellington gravado por Bartolozzi”, *Portucale*, vol. VIII, n.º 44-45. Porto: Março-Junho de 1935, pp. 56-62 e 161-165; IDEM – “A iconografia do Duque de Wellington no Museu das Janelas Verdes”, *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. II, n.º 8. Lisboa: 1943, pp. 170-173; *Catálogo da Exposição Comemorativa do 1.º Centenário do Duque de Wellington organizada pela filial de Lisboa da “Historical Association”, de Londres, com o patrocínio do Instituto Britânico em Portugal. 12 a 18 de Dezembro de 1952*. Lisboa: Instituto Britânico em Portugal, 1952; “Leilões de Arte”, *Colóquio*, n.º 21. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Dezembro de 1962, p. 64 (n.º 7); *Segundo Centenário do Nascimento do Duque de Wellington. Exposição Comemorativa*. Catálogo. Lisboa: Instituto Britânico em Portugal, 1969; DELAFORCE, Angela, YORKE, James and VOAQ, Jonathan – *Portugal's Silver Service. A Victory Gift to the Duke of Wellington*. London: Victoria & Albert Museum, 1992.

Por último, e se tal acontecer, garante-se que o monumento (que em si mesmo, adiantemos já, não é discutido...) motivará a “entrada na História” dos nomes que integram o colectivo municipal, de algum modo participando da glória que envolve o “Homem do Século” – e não é necessário sublinhar o quanto, então, este tipo de recompensa contava no quadro dos valores de referência.

Notar-se-á, enfim, que embora a revista se identifique no subtítulo como “periodico de litteratura, philosophia, viagens, sciencias e bellas-artes”, e pretendendo-o sobretudo como “colecção de artigos extrahidos dos melhores escriptos periodicos estrangeiros”, a perspectiva artística está praticamente ausente desta apologia da figura de D. Pedro IV, salvo, porventura, numa implícita alusão à preferência pelo modelo iconográfico de retrato equestre, de resto o mais obviamente digno do “Rei-Soldado”.

Sabemos que em Janeiro do ano anterior “O Recreio”, um dos magazines ilustrados de maior sucesso, subintitulado “jornal das familias”, havia dedicado um artigo à Praça do Comércio, com minuciosa descrição da estátua equestre de D. José<sup>6</sup>. Algumas passagens têm incidência ideológica, pormenorizando os conteúdos alegóricos: “Nos dois braços desta [cruz do soco] estão dois grupos de excelente escultura, tendo as figuras as faces voltadas para o rio, donde se considera ser, a entrada da cidade.

O grupo que fica á direita representa o Triunfo, tirando pelas rédeas um cavalo, que atropela um prisioneiro, de estatura gigantesca; o que fica á esquerda representa a Fama com um elefante que pisa outro prisioneiro de igual estatura; e em ambos os grupos estão espalhados vários despojos de guerra. A alegoria destes dois grupos, é que Portugal em diversos tempos tem tido muitos e gloriosos triunfos, principalmente nas duas partes do mundo, designadas pelo cavalo e o elefante.

<sup>6</sup> *O Recreio; jornal das familias*, tomo II, n.º 1. Lisboa: Imprensa Nacional, Janeiro de 1836. No número do mês seguinte abordaria a estátua em bronze de Pedro I, restaurador da Rússia, que Falconet representou partindo a galope do alto de um rochedo. Esta opção compositiva levou o articulista a centrar-se na curiosidade do peso de mais de três milhões de arráteis do monstruoso pedestal, achado num paul a três léguas de S. Petersburgo (cf. *Ibidem*, n.º 2, Fevereiro de 1836); em Março seria citada a estátua equestre de Cosme I, na Praça do Grão Duque em Florença, por João de Bolonha (cf. “Florença”, *Ibidem*, n.º 3, Março de 1836); e em Julho, outras duas estátuas equestres seriam mencionadas, a de Luís XIV (modelada por Girardon e fundida por Keller, que até 10 de Agosto de 1792 ornou a Place Vendôme) e a de Henrique IV (erecta sobre a Pont Neuf) – cf. “A coluna do grande exército, e a estátua de Napoleão”, *Ibidem*, n.º 7, Julho de 1836. Por último, no próprio mês em que os dois ilustres portuenses davam início à sua revista, *O Recreio* referiria a colocação da estátua equestre de Henrique IV na Sala de Trono da Câmara Municipal de Paris (cf. *Ibidem*, tomo III, n.º 4, Abril de 1837).

Na frente deste pedestal estão as Armas Reais de Portugal em relevo, e pendentes delas uma grande medalha oval de 5 palmos de altura, e 4 de largo, em que outrora existiu a efigie do grande Marquês de Pombal, e onde ainda há pouco estavam as Armas da Câmara Municipal de Lisboa, representadas em um Navio com um corvo á popa e outro á proa<sup>7</sup>.

(...) Sobre este pedestal está colocada uma grande estátua do Senhor D. José I, montada sobre um soberbo e elegante cavalo, vestido de armas brancas alusivas á heroica fortaleza, com que este imortal Soberano, salvou e defendeu os seus povos dos estragos, e maquinações que não tinham outro fim senão a ruina absoluta da Monarquia: empunha na mão direita o ceptro, e com a esquerda toma as rédeas do cavalo: tem de alto 31 e ½ palmos. As cobras e silvados que estão espalhados pelo montuoso terreno que pisa o cavalo, são alusões aos grandes embaraços que se vencerão para a reedificação de Lisboa, e ás máximas viciosas que se extinguirão para felicitar o Estado”.

É bem provável que o notável monumento da capital fosse ainda a referência celebratória para “Os RR.” da *Revista Estrangeira*, ou seja, Agostinho Albano da Silveira Pinto (Director e Redactor) e José Pereira Reis (o outro fundador e também Redactor).

Certo é que a replicação da obra de Machado de Castro, declinada em empenhadíssimos virtuosismos técnicos, ocupa, em crescendo, a maior parte das escassas três páginas dedicadas às Belas Artes no Relatório da Exposição da Indústria, realizada em Lisboa nos meados de 1838: “O Arsenal do Exercito mandou uma Estatua Equestre de Bronze, representando exactamente, em diminuta escala, a Estatua Equestre que orna a Praça do Commercio desta Capital, no momento em que foi acabada de fundir. É uma peça de muito interesse.

<sup>7</sup> José-Augusto França (“Posfácio”, apud CASTRO, Joaquim Machado de - *Descrição Analytica da Execução da Estatua Equestre, Erigida em Lisboa á Gloria do Senhor Rei Fidelissimo D. José I, Com algumas reflexões, e notas instructivas, para os Mancebos Portuguezes, applicados á Escultura: e com varias estampas que mostram os desenhos, que servirão de exemplares; alguns estudos que se fizerão; a maquina interna, e methodo, com que se construiu o modelo grande; e toda a Escultura do Monumento, do modo que se expoz ao Público. Escrita, e Dedicada ao Principe Regente N. Senhor, pelo Estatuario da Mesma Regia Estatua, (...), Professo na Ordem de Christo, Escultor da Casa Real, e Obras Públicas, etc.* [1810]. Edição facsimilada. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1975, pp. 339 e 352) afirma que o medalhão foi repostado em 1834, após a vitória liberal, por decreto de D. Pedro IV datado de 13 de Outubro e pessoalmente entregue a Saldanha, neto do Marquês de Pombal. O presente texto, contudo, parece indicar que tal importante simbolização da “derrota da Viradeira” esteve longe de ser imediata, tendo existido um período de vacatura.

Uma copia em madeira, da Estatua Equestre, executada pelo Sr. Agostinho José da Trindade, mandador da Officina de Entalhadores do Arsenal da Marinha, sobresahio por sua exacta conformidade com o original, e reclama para o Artista a estimação de seus Concidadãos, devida ao verdadeiro merecimento. Deve-se á obsequiosa attenção do Sr. Capitão Tenente João de Fontes Pereira de Mello, Inspector do Arsenal da Marinha, a exposição desta peça<sup>8</sup>.

### Subscrição para estátuas no Passeio Público

Enquanto os edis portuenses pretendiam celebrar o seu D. Pedro, “Herói de Dois Mundos”, os congéneres de Lisboa assumiam, pela mesma altura, a grandeza universal dos Descobrimentos e Conquistas, intentando resgatar, inevitavelmente também em nome da Pátria, a enorme dívida para com quatro das mais representativas figuras daquela época: “Igualmente decidio que se abrisse uma subscrição para se levantarem as Estatuas do Infante D. Henrique, D. João de Castro, Affonso de Albuquerque, e Luis de Camões, que devem ser collocadas em sitios adequados no Passeio publico, e executadas pelos melhores Artistas Nacionaes, e que a dicta Subscrição seja applicada para o acabamento do Passeio, e o resto do Numerario para se erigirem as dictas Estatuas (...)”<sup>9</sup>.

“Illustrissimo Senhor. - Tendo a Camara Municipal de Lisboa em Sessão de 11 do corrente concordado unanimemente em dar um publico testemunho da gratidão, e respeito da Patria para com alguns dos Heroes, que mais promoveram, e dilataram a sua Gloria, determinou que no sitio do Passeio Publico, em logar conveniente, fossem offerecidas á veneração de Naturaes, e Estrangeiros as Estatuas do Infante D. Henrique, Pai da navegação, e civilização moderna; de D. João de Castro, que soube alliar a virtude com o poder; de D. Affonso de Albuquerque, fundador do Imperio Portuguez no Oriente, e Luiz de Camões, que soube immortalisar-se, immortalizando as façanhas de seus compatriotas”<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> *Relatorio Geral da Exposição de Productos de Industria Portugueza, feita pela Sociedade Promotora da Industria Nacional, em 22 de Julho de 1838.* Lisboa: Na Typographia de José Baptista Morando, 1838, p. 23.

<sup>9</sup> *Synopse dos Principaes Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa. Em 1837.* Lisboa: Imprensa de Candido Antonio da Silva Carvalho no fim da calçada do Garcia n.º 42, 1838 (Parte I. Continuum os actos administrativos da Camara de 1836), pp. 11-12.

<sup>10</sup> *Synopse dos Principaes Actos Administrativos... (Parte segunda. Documentos. N.º 1. Officio.),* p. 41.

Notemos que igualmente aqui se recorre à subscrição pública (aliás, com ela querendo dar resposta combinada e expedita, quer à urgência de concluir enfim um melhoramento cidadão programado por Pombal, quer ao ímpeto glorificador do passado áureo dos séculos XV-XVI), método cuja filiação nos ideais vintistas de cidadania actuante se reconhece facilmente... tanto quanto, de resto, o desfazamento entre a ambição dos projectos e a real capacidade financeira das várias instâncias do poder político.

Veja-se, por exemplo, esta carta que “Hum Liberal” havia feito publicar, em Setembro de 1821, no órgão oficial, intervindo voluntariosamente na discussão do monumento pensado por Domingos Sequeira: “Senhor Redactor: - O Monumento que foi proposto ás Cortes para ser levantado no Rocio, tinha dois fins. 1.º eternizar a memoria do dia 15 de Setembro de 1820, em que o Povo de Lisboa unido em sentimento ao do Porto, e Provincias do Norte, depoz o governo despótico, e arbitrário que o oprimia, e instalou hum Governo livre, justo, e todo de sua escolha. O 2.º fim da proposta foi ornar aquella bella praça, e embaraçar os perigos e incómodos que alli soffrem os que passeião, ou transitão.

Muitos cidadãos quizerão logo concorrer, subcrevendo para a Obra, e mais ainda, logo que se vio o modelo do pensamento de Sequeira, por ser elegante, e corresponder ao 1.º fim, sendo aliás de pequena despeza. Fallou-se em que alguns Negociantes de probidade, e pessoas de satisfação se declaravão Collectores da subscrição; mas como o Governo ordenou que o Senado fizesse a despeza da mão de obra, encarregando tudo o mais ás Obras Públicas, calou-se a subscrição. O Senado, he verdade que concorre de vontade ou sem ella; mas como he sabido que elle está empenhado, e que não paga por isso aos seus Credores de Juros, etc., he necessario ser ajudado para não termos obra eterna. Assim, rogo a V. m. queira transcrever esta no seu Diario, para que os Collectores appareção, porque muita boa gente quer subcrever para se completar a Obra”<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> *Diario do Governo.* Lisboa: 11 de Setembro de 1821.

Mas nova parece já ser a atribuição da responsabilidade do projecto à novel Academia (afinal, com pouco mais de seis meses de existência), a fim de que oriente a execução por parte dos melhores artistas nacionais; embora a hesitação terminológica, surgindo ainda o nome de “Liceu”, possa remeter – uma vez mais... – para a liderança de Sequeira e do seu círculo (com, entre outros, João Domingos Bomtempo), por ocasião das audazes iniciativas cívicas e culturais desencadeadas no quadro da Revolução de 1820<sup>12</sup> e de cuja frustração não deixou porém de sobrar semente:

“A Câmara Municipal de Lisboa, persuadida de que a Academia das Bellas Artes, recentemente creada debaixo do influxo da Liberdade, deve mais que ninguem concorrer para o desempenho deste patriotico pensamento: me ordena que me dirija a V. S.<sup>a</sup> a fim de que, ouvida a assembléa dos Professores desse Lyceo, se sirva de informar ácerca da materia, de que devem formar-se as sobreditas quatro Estatuas, enviando juntamente com o seu parecer o orçamento da despeza, em que deve calcular-se esta obra – Deos Guarde a V. S.<sup>a</sup> Camara 19 de Junho de 1837 – Illustrissimo Senhor Director da Academia das Bellas Artes – O Secretario – Pedro Antonio Pereira”<sup>13</sup>.

#### Ilustração gráfica

De facto, a paz liberal de 1834 viera pôr em marcha acelerada o velho sonho iluminista de divulgar o saber: “A sahir para o anno de 1836 = MEIA HORA DO TOUCADOR = Periodico destinado a derramar a instrucção. Cada número de 24 paginas de oitavo grande inglez, impresso com bellos caracteres, e em excellente papel, será publicado de 15 em 15 dias, e conterà artigos de – Historia – Literatura – Poesia – Artes – Historia Natural – Costumes etc. – Assigna-se para elle nas lojas de livros - Rua das Hortas n.º 125 - Caldeireiros n.º 13 e 14 - Largo dos Martyres da Patria n.º 3”<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> FARIA, Miguel Figueira de – *O Ensino das Belas-Artes em Portugal nas vésperas da fundação da Academia. I – A Aula e Laboratório de Escultura de Lisboa (1772-1836)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2000-2001 (sep. de “Anais. Série História”, vol. V-VI), p. 116.

<sup>13</sup> *Synopse dos Principaes Actos Administrativos... (Parte segunda...)*, p. 41.

<sup>14</sup> “Annuncios”, *O Artilheiro*, n.º 34. Porto: 16 de Dezembro de 1835.

Face à debilidade do meio artístico, os magazines ilustrados (e a explosão da imagem na própria edição livreira), sob influência francesa e inglesa rapidamente adaptada, vieram na verdade oferecer a numerosos desenhadores, litógrafos, gravadores, estampadores e iluminadores (para não referir vários outros, como os encadernadores) um mercado de trabalho paralelo: “Aviso aos gravadores em madeira. Os Directores do jornal intitulado *Museu Portuense* desejão entrar em ajuste com Artistas Nacionaes para o embellezamento do Periodico com impressões de Gravuras em Madeira. Os senhores a quem isto convier podem dirigir-se ao Escriptorio da Typographia Commercial Portuense, Largo de S. João Novo n.º 12, onde (trazendo amostras de sua execução), poderão saber os requisitos exigidos, e as condições propostas. Porto 7 de Maio de 1838”<sup>15</sup>.

A concorrência desenvolvia-se e é muito esclarecedor ver Alexandre Herculano e a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis perseguir o seu ideal patriótico conjugando a centralidade da História com a exploração do melhor Progresso tecnológico possível e do apuro estético: “A Direcção tendo em vista a acceitação que o seu Jornal = Panorama = tem merecido do Publico, determinou melhorar esta publicação ao começar o seu 4.º anno, distribuindo os exemplares depois d’ assetinados pela pensa hydraulica, dando maior numero de gravuras portuguezas, e inserindo maior quantidade d’ artigos sobre as antiguidades e historia do nosso Paiz e outros assumptos nacionaes, assim como sobre o Imperio do Brazil e as nossas Colonias; e além destes todos os que por interesse ou novidade forem dignos da attençãogeral”<sup>16</sup>. A uns e outros, isto é, à azáfama diária das incontáveis oficinas gráficas crescentemente a espalhar-se pelo país, vinha a Imprensa Nacional em 1838 oferecer os seus préstimos em catálogo, frisando em “Advertencia” inicial as devidas prioridades: “Como geralmente se não sabe que na Imprensa Nacional se fundem e vendem typos e ornatos de diversas qualidades, publica-se este Caderno para que as pessoas, que preferem os productos portuguezes aos estrangeiros, possam fornecer-se delles quando lhes convier, e por este modo animar a industria nacional”<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> *Periodico dos pobres no Porto*, n.º 109. Porto: 10 de Maio de 1838.

<sup>16</sup> “Annuncios. PANORAMA. Chegou o numero 136”, *O Athleta*, vol. 2.º, n.º 277. Porto: 12 de Dezembro de 1839.

<sup>17</sup> *Provas dos Diversos Typos, Vinhetas e Ornatos typographicos da Imprensa Nacional*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1838, s/p.

### Litógrafos activos na edição de música

Lembremos ainda, no domínio da ilustração, uma especialidade em que geralmente só atentam os musicógrafos mas que de facto, para lá da veiculação informativa e formativa específica, desempenhou mais larga função cultural, pela linguagem das estruturas ornamentais aplicadas (vejam-se as várias séries do *Semanario Harmonico*, v. g.) e, muito em particular, dada a amplitude do público atingido.

Na esteira do sucesso dos primeiros passos da litografia nos géneros retratístico, histórico e paisagístico, o novo âmbito arrancara já nos inícios da década<sup>18</sup>.

Em 1831, da Impressão Regia, havia saído o *Compendio ou explicação methodica das regras geraes mais importantes e necessarias para a intelligencia do Canto-chão (...)*, do P.<sup>o</sup> Luiz Gonzaga e França<sup>19</sup>.

O cantor, organista e professor José Maria Martins Leoni, sobrinho do compositor João José Baldi, fizera publicar, em 1833, os seus *Principios de Musica theorica e pratica para instrucção da Mocidade Portugueza (...)* oferecidos ao muito reverendo Padre Mestre o Senhor Frei José de Santa Rita Marques e Silva, Dignissimo Mestre de Musica do Real Seminario Portuguez. A obra contém alguns exemplos, em oito estampas assinadas pelo litógrafo Lobo, operando na oficina lisbonense de Valentim Ziegler<sup>20</sup>.

Também em Lisboa, Jerónimo Xavier Varela compusera *Uma hora de melancolia*, impressa na Litografia da Rua Nova dos Mártires, em 1835<sup>21</sup>.

Já em 1837, ainda na Oficina de Ziegler, litografou Joaquim Pedro Caldas e Aragão (aliás, escultor, como é sabido) um *Hymno Patriotico Dedicado aos tres illustres campeões das liberdades*

<sup>18</sup> Recorde-se, para o período imediatamente anterior e precedendo a aplicação da litografia a este domínio editorial: ARAÚJO, Agostinho – “Alguns gravadores activos na edição de música (1765-1830)”, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (Coordenação de Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), vol. III. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1331-1346.

<sup>19</sup> VASCONCELOS, Joaquim de – *Os Musicos Portuguezes. Biographia – Bibliographia*, vol. II. Porto: Imprensa Portugueza, 1870, p. 256.

<sup>20</sup> VIEIRA, Ernesto – *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes. Historia e Bibliographia da Musica em Portugal*, vol. II. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1900, pp. 27-28.

<sup>21</sup> SAMPAIO, Gonçalo – *Subsídios para a História dos Músicos Portuguezes*. Braga: s/n, 1934 (sep. do “Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga”), pp. 36-38.

*portuguezas e ás Tropas Fieis de todas as Armas; e mais Cidadãos Patriotas que lutarão nos memoraveis dias 9 e 10 de Setembro, 4 e 5 de Novembro de 1836 pela Constituição de 1822. Em 18 de Janeiro de 1837. Por R. S. – “Vossa Lealdade, e União, Nos deu a Constituição”.*

No alto da portada deste panegírico setembrista são visíveis as figuras de Sá da Bandeira, Caldeira e Passos Manuel, em pé, segurando um triângulo onde se lê aquele verso. Em baixo são figurados diversos corpos militares: “*Provisorios, Linha, Nacionaes, Municipaes e do Povo*”<sup>22</sup>.

Na mesma firma de Ziegler se iniciou (e depois lhe sucedeu) o violinista, litógrafo e editor José Adrião de Figueiredo (1820-1874), vindo já com formação da Academia de Belas Artes.

O muito popular *Semanario Harmonico*<sup>23</sup> remodelava em Março de 1838 a sua apresentação, surgindo “(...) adornado de um novo, e elegante Frontespicio, inventado, e eximamente lithographado pelo benemerito Artista Portuguez o Sr. Antonio Carvalho Lemos, de quem os conhecimentos são geralmente apreciados, e com particularidade pela sociedade deste Periódico, que lhe tributa o maior reconhecimento pelo bom gosto, nitidez, e obsequio, com que tem desempenhado todos os trabalhos de desenho, e letra delle”<sup>24</sup>.

E em Braga, publicada com as iniciais I.P.S.S. e ilustrada com uma estampa, editou-se em 1839 a *Arte de Muzica para viola franceza (...)*, de João Pedro<sup>25</sup>.

### Belas Artes expostas na Sociedade Promotora da Indústria Nacional

O pano de fundo que envolve as Artes e Ofícios (e que condiciona ainda profundamente o desenvolvimento e autonomização das ditas Belas...) é a debilidade industrial, o arcaísmo corporativo e o constante apelo à intervenção proteccionista do Governo.

<sup>22</sup> LIMA, Henrique de Campos Ferreira – “A Secção Musical do Arquivo Histórico Militar”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. XIII. Lisboa: 1943, p. 210.

<sup>23</sup> Veja-se o apreço, no Porto, por este periódico especializado: “He bem conhecido nesta Cidade o Jornal Semanal de Musica para Piano, que se publica em Lisboa = O SEMANARIO ARMONICO = O numero de Assignantes, que tem, abona o seu credito; e a Sociedade que o publica, e que lhe tem sustentado o interesse, merece os exforços dos amantes da Musica em Portugal (...)” – cf. “Bellas Artes”, *O Artilheiro*, n.º 126. Porto: 9 de Junho de 1837.

<sup>24</sup> *A estrella*, n.º 27. Lisboa: Typ. Transmontana, 27 de Março de 1838.

<sup>25</sup> VASCONCELOS, Joaquim de Vasconcelos – *Ob. cit.*, vol. II, p. 269.

No Porto, o relato que o Governador Civil enviou ao Ministro do Reino em 26 de Abril de 1836 (e que, com outra correspondência oficial, pouco depois editou), é elucidativo: “Ontem 25 pelas onze horas do dia se reuniram no largo defronte da Casa deste Governo Civil de cinquenta a sessenta homens das classes fabris, principalmente da de marceneiros desta Cidade; e depois de uma curta demora de pacífica conferência entre eles, se me apresentaram três Comissionados, requerendo mandasse suster o desembarque, que se estava fazendo, de móveis estrangeiros de um Brigue Hamburgês para serem despachados na Alfândega; com a minha resposta se retiraram os Comissionados, convencidos de que eu não podia fazer o que me pediam, mas que faria quanto pudesse, apoiando qualquer razoável requerimento que eles quizessem dirigir aos pés do Trono de Sua Magestade.

Foram os Comissionados comunicar minha resposta aos seus companheiros, que a esperavam silenciosamente aonde estavam; e, retirando-se logo em diversas direcções no maior socego, julguei tudo terminado. Não sucedeu assim: porque alguns mal intencionados se espalharam pela Cidade e produziram um motim (...)”<sup>26</sup>.

Em Outubro de 1839 um artista francês deste ramo procura acertar contas e, rumando ao Brasil, despede-se do Porto, onde, provavelmente, não teria sido bem acolhido: “José Douglas Mirand, Enxamlador francez, retirando-se desta Cidade, roga a todas as pessoas que tiverem contas a liquidar com elle, queirão ter a bondade de dirigir-se a sua casa, rua d’ Almada n.º 70, devendo partir brevemente para a Bahia”<sup>27</sup>.

Compreende-se então o espírito que anima, após o recobro das suas actividades enfim permitido pela paz, a primeira exposição levada a cabo pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional<sup>28</sup>, a importante instituição que na Primavera de 1822 havia sido fundada por capitalistas, comerciantes, industriais e intelectuais vintistas.

Compreende-se o lugar de honra, em desenvolvimento descritivo e posicionamento final nesta rubrica do Relatório, dado, como já vimos, às cópias da Estátua Equestre, mormente as enviadas pelo Arsenal do Exército e pelo Arsenal da Marinha: de facto, o monumento

<sup>26</sup> PEREIRA, Manuel de Castro – *Os Acontecimentos dos dias 25 e 26 de Abril na Cidade do Porto*. Porto: Imprensa de Coutinho, 1836 - parcialmente transcrito *apud* [CRUZ, António] – “Artes e ofícios do Porto antigo. 5. Contra a concorrência (principalmente em móveis) estrangeira. A revolta dos artesãos no «25 de Abril» de 1836”, *O Tripeiro*, série nova, ano II, n.º 4. Porto: Associação Comercial do Porto, Maio de 1983, p. 122.

<sup>27</sup> “Annuncios”, *O Athleta*, vol. II, n.º 231. Porto: 12 de Outubro de 1839.

<sup>28</sup> Sobre as várias fases desta instituição vd. RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artísticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia, por (...)*, tomos IV. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1874, pp. 142-156; V, 1876, pp. 281-288; e VIII, 1879, pp. 391-403.

mantinha-se como símbolo não apenas da autoridade régia mas igualmente da modernização e fomentismo pombalinos, traduzindo uma harmonização referencial (bem difícil de estabelecer, como sabemos, no momento de partilhar os louros... e mesmo não poucos anos depois)<sup>29</sup> entre o génio artístico de Joaquim Machado de Castro e a competência tecnológica de Bartolomeu da Costa.

E compreende-se ainda a simpatia com que são acolhidos os estrangeiros que aceitam instalar-se no Reino e aqui deixar o seu investimento reprodutor: “As Molduras e mais obras do Sr. Margoteau<sup>30</sup>, estabelecido nesta Cidade, aonde ensina a sua arte, fazem honra ao seu talento, e forão vistas com grande approvação. A Moldura feita pela Sr.<sup>a</sup> Caetana Perpetua, filha da Santa Casa da Misericórdia, abona as disposições da Discipula, que só conta vinte e seis mezes de estudo, e a capacidade do Mestre, que tem direito ao reconhecimento Nacional, por introduzir neste Paiz este novo genero de industria”<sup>31</sup>.

As Belas Artes, no sentido, digamos, mais ou menos profissional do seu exercício, irão enfim, como veremos, aparecer comprimidas em oito linhas, no espaço que sobejou entre a empolgada prolixidade concedida às meta-imagens officinais de uma obra prima, a Estátua Equestre da Praça do Comércio e, por outro lado, a reverência cerimoniosa e socialmente correcta para com as “prendas”, sazonado fruto dos longos lazeres das damas (e de um cavalheiro), a saber: “Duas excellentes Miniaturas, mandadas por uma Illustre Anonyma.

Um Quadro do Sr. José Diogo de Basto de uma Roza desenhada sobre ouro collada no vidro foi visto com particular interesse pelo Publico.

Tres Illustres Artistas Portuenses as Sr.<sup>as</sup> D. Maria Maximina Pimenta Corrêa, D. Maria Candida Pimenta Corrêa, e D. Maria Merciana Pimenta Corrêa, mandarão á Exposição alguns Bordados primorosamente executados, e de bellissimos Desenhos, que merecêrão attenção geral, mormente das Sr.<sup>as</sup> que concorrêrão á Exposição.

<sup>29</sup> LIMA, Henrique de Campos Ferreira – *O Tenente-General Bartolomeu da Costa - notícia biográfica*. Lisboa: s/n [Tipografia do Arsenal do Exército], 1924 (sep. de “Revista de Artilharia”), pp. 25-27.

<sup>30</sup> A Loja de Molduras de Margoteau ocupava o n.º 40 da Rua Nova do Carmo – cf. *Periodico dos pobres*, n.º 50. Lisboa: Na Impressão de João Nunes Esteves, 1 de Março de 1841.

<sup>31</sup> *Relatorio Geral da Exposição de Productos de Industria Portugueza...*, p. 22.

Um Lenço bordado com plumagem de penna de Pavão pela Sr.<sup>a</sup> D. Maria Amalia Vidal, de Villa Franca de Xira, excitou a curiosidade do Publico pela sua novidade, e distinguio-se por sua perfeição.

Attrahio tambem a atenção publica, um Lenço bordado em branco pela Sr.<sup>a</sup> D. Felicidade do Recolhimento do Calvário<sup>32</sup>.

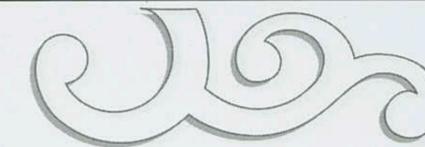
Não duvidamos do êxito verdadeiramente alcançado por estas senhoras, visto sabermos do genuíno apreço pela arte do bordado, entre nós com profundas raízes tanto eruditas quanto populares. E mesmo com públicos reconhecimentos e encómios, como um divulgado há menos de duas décadas atrás e que muitos dos visitantes do certame bem podiam ter lido: “Muitas vezes ficam entre nós sepultados em silêncio e ignorados do público raros talentos, pela pouca curiosidade que nós os Portugueses temos de publicar as nossas cousas, e por certa timidez e receio de que pareça exageração aquilo mesmo que é verdade pura, mas um pouco transcendente ao comum.

Esta não sei se modéstia se timidez ou acanhamento, nos priva talvez de figurarmos entre as nações que se têm por mais cultas, e por mesmo que estas nos tenham por muito atrasadas delas em conhecimentos e perfeição nas Artes; (...) julgamos ao menos curioso e digno de anunciar-se um recente exemplo da força do natural talento de que é dotada a gente Portuguesa, como cousa que vimos e admiramos.

Maria Teresa da Conceição Borges, moradora no bairro de Belém rua do Miradouro n.º 5 (no cimo da Calçada da Boa Hora) de idade de 66 anos e 9 meses acaba de bordar primorosamente a ponto de agulha de retrós (e o que é mais sem ter adquirido primeiro conhecimento das regras de desenho) a grande estampa da *Ceia do Senhor* que o exímio Morghen gravou, copiada do famoso quadro de Leonardo da Vinci.

A grande dificuldade de retratar e pintar exactamente com agulha tantas e tão variadas figuras o seu bem proporcionado desenho o mimo das cores o claro-escuro e a luz no seu competente lugar a bela imitação de diversas madeiras figuram estar o painel em sua moldura, tudo enfim constitui esta peça uma obra-prima de bordadura; e com razão vários artistas que a tem ido ver, assim como os retratos de S. S. M. M., bordados pela mesma autora, lhe tem tributado os mais justos e merecidos aplausos, como um monumento que vibra com os mais mimosos apuros do pincel.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 22.



Este quadro se pode ver em casa de sua autora a qual por ele fica desde já com toda a razão colocada entre as matronas Portuguesas que por sua habilidade mais se tem distinguido; (...)”<sup>33</sup>.

A ambiguidade na definição de “Arte” vinha certamente de longe. Mas ainda há pouco, num esboço de Estatuto para fundar uma Academia de Belas Artes, publicado em Março de 1835, era reafirmada, podendo-se ler: “1.º - Esta Academia terá por objecto o adiantamento das Bellas Artes, e a introdução das suas regras nas Classes fabris, donde possa resultar a perfeição das manufacturas, e o augmento da industria nacional (...) 5.º - Determinar-se-ha a theoria que se deve ensinar em cada huma das Aulas [Desenho, Architectura Civil, Escultura, Gravura de Paisagem e Architectura, já existentes na cidade de Lisboa, tratando-se agora de as “reunir debaixo de um systema regular”; Pintura, Ornato, Gravura de Figura ou História, Gravura de Cunhos e Medalhas e Estudo do Natural, a criar], e aquella que deve exigir dos que pertenderem applicar-se a qualquer Arte, ou Officio mecanico”<sup>34</sup>.

Não é este o momento de abordarmos a imagem pública da novel Academia de Belas Artes, dado privilegiarmos aspectos menos frequentemente tratados pela historiografia. Interessa, no entanto, incidentalmente, não deixar de a considerar, enquanto instituição de referência, para interpretar situações como a do convívio entre bem diversas dimensões da palavra “artista” em ocorrências significativas, como esta da Exposição da Indústria de 1838. Note-se, assim, que nessa mesma altura, a Academia (dentro, aliás, das suas competências estatutárias) publicitava os seus préstimos docentes, procurando recrutar para a frequência diária das aulas “todas as pessoas que se applicam as artes, e officios fabris, que quizerem aprender o desenho nos seus diferentes ramos”<sup>35</sup>.

Por outro lado, os líderes da indústria nacional mais não visam do que a prossecução, com coerência, de um rumo definido aliás praticamente desde os começos da Sociedade: “Conformando-se o Concelho da Direcção com o Parecer da Comissão das Artes Mechanicas, determinou que, em os Annaes da Sociedade, se declarasse que existe entre nós o habil Escultor Portuguez, o Senhor Thomaz Líbano, a quem o mesmo Concelho, como órgão da Sociedade (e depois de examinados pela dicta comissão dous paineis, em meio relevo, que elle lhe

<sup>33</sup> *Gazeta de Lisboa*, n.º 20. Lisboa: 23 de Janeiro de 1819, *apud* KEIL, Luís - “Uma notável bordadora portuguesa”, *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, vol XV. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1946, pp. 44-45.

<sup>34</sup> “Artigos que hão de servir de Bases para os Estatutos da Academia de Bellas Artes em Lisboa”, *Diario do Porto*, n.º 36. Porto: Imprensa de Gandra & Filhos, 3 de Março de 1835.

<sup>35</sup> *O Director*, n.º 239. Lisboa: Typ. Transmontana, 31 de Julho de 1838.

apresentara, representando hum o busto de Alexandre 1.º, e o outro o de Pio VII) faz a justiça de publicar seu distincto merecimento”<sup>36</sup>.

Não sabemos o quanto terá valido ao hoje obscuro artista tal apoio, possivelmente conjugado com a divulgação que já antes de 1820, em 1823-26 e ainda depois de 1833, mandava pôr em prelo promocional: “Thomaz Libano, Lisbonense, Professor de Escultura, Estatuário em todas as Matérias, Madeiras, Marfim (...)”<sup>37</sup>.

Mas o que mais importa destacar é aquela inequívoca energia vintista, defendendo sem discussões o talento artístico nacional (contra a importação de obra especializada, leia-se italiana e francesa, sobretudo, como é óbvio).

Mas agora, já na vigência do Setembrismo, tudo parece ter sido realizado apressada e espontaneamente: “Tendo o Conselho de Direcção da Sociedade Promotora da Industria Nacional, em conformidade dos seus Estatutos de convocar uma reunião geral dos seus Socios para o dia 21 do corrente mez de Maio, e desejando apresentar uma publica exposição dos productos das Artes, e Industria Nacional, convida os Artistas, e Fabricantes Portuguezes, ou Estrangeiros estabelecidos em Portugal, para subministrarem ao mesmo Conselho os meios de levar a effeito a mencionada exposição depositando por alguns dias no local da Sociedade no extincto Convento dos Paulistas os objectos das suas Artes, e manufacturas, para estarem publicamente expostos no dia da reunião geral da assembléa, e successivos por espaço de 15 dias.

Os Fabricantes ou Artistas que quizerem concorrer para a sobredita exposição apresentando as amostras dos differentes ramos da sua particular industria, terão a bondade de as depositarem no local da Sociedade todos os dias desde as 10 horas da manhã até ás 3 da tarde, e isto até ao dia 18 do corrente, cobrando recibo do Secretario da Sociedade pelos objectos que entregarem para com elle os reclamarem findo o prazo da exposição”<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> “Extracto das Actas do mez de Dezembro”, *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, caderno 8. Lisboa: Imprensa Nacional, Dezembro de 1822, p. 169.

<sup>37</sup> [ROCHA, Rui] – *300 Anos do Cartaz em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1975-1976, p. 35 (n.º 26).

<sup>38</sup> *Sociedade Promotora da Industria Nacional*. Lisboa: Na Typ. de J. B. Morando - R. dos Calafates N.º 114, 1837. Recorde-se que já chamámos a atenção para esta folha volante, a propósito da presença na Exposição de 1838 do marceneiro José Schiopetta – cf. ARAÚJO, Agostinho - *Artes várias, duros tempos. Notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (ca. 1788-1838)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 (sep. da “Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património”, I série, vol. I), p. 151.

Na verdade, nas exposições económicas ou caritativas que o séc. XIX foi promovendo, mormente a partir da estabilidade da Regeneração, e onde a arte tinha convite por conveniência de adorno ou chamariz (mas, por isso mesmo, muitas vezes denunciando o máximo denominador comum do gosto...), bem raro é encontrar-se o que se possa hoje chamar de “Comissário” – ou apenas em iniciativas de grande envergadura: “Acaba de ser agraciado por S. M. a Rainha com o hábito de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa o distinto cenógrafo italiano Sr. José Cinatti, pelos valiosos serviços que prestou á comissão encarregada de levar a effeito a exposição a benefício das casas de asilo da infância desvalida, não só na decoração e arranjo artístico da grande sala onde actualmente tem lugar aquele acto filantrópico, mas também na escolha e classificação dos variados primores de arte que ali se acham expostos”<sup>39</sup>.

Interessa, por último, rematar esta leitura com a análise do que ficou registado sobre os únicos quatro nomes presentes nesta exposição que têm actualmente algum lugar reconhecível pela historiografia da arte menos superficial: “As bellissimas Lythographias do Sr. Lopes, a copia da cabeça de S. João Baptista de Ticianno, e outras do Sr. Legrand, e os Quadros do Sr. Dufourq, attrahirão geral louvor, notando-se nas tres vistas de Italia pintadas a oleo pelo Sr. Dufourq, um bom colorido, e perspectiva. Além destes Quadros devemos mencionar, o da Cea do Senhor, e o da Cabeça de S. João Baptista, do Sr. Maximo Paulino dos Reis”<sup>40</sup>. Mas não sem que tal abordagem seja balizada entre dois pólos do mesmo Relatório.

Primeiro, a referência (ou deferência...) inicial: “Um Quadro do Claustro de S. Bento, obra do Sr. Conde de Mello, nosso digno Socio, cujos talentos como Artista são conhecidos, veio adornar a Exposição. O desempenho das regras da perspectiva, força de luz, e os claros escuros o recommendão sobejamente.

Cinco miniaturas que mandou o mesmo Sr., forão igualmente apreciadas”<sup>41</sup>.

Ora, curiosamente, parece ter sido a veia artística deste membro da Sociedade Promotora da Industria Nacional a legitimar, poucos meses volvidos, a sua escolha para assumir responsabilidades directivas na jovem Academia: “Entre as diversas, e salutareas disposições do Governo de VOSSA Magestade, destinadas a fazer prosperar um Estabelecimento, cuja utilidade jámais póde ser posta em duvida, quando elle corresponde ao fim de sua instituição,

<sup>39</sup> “Condecoração a um artista”, *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, tomo IV, 11.º anno, n.º 19. Lisboa: 18 de Dezembro de 1851.

<sup>40</sup> *Relatorio Geral da Exposição de Productos de Industria Portugueza...*, pp. 22-23.

<sup>41</sup> *Ibidem*, pp. 21-22.

tem por certo mui distincto lugar o Decreto de 20 de Novembro de 1838, pelo qual VOSSA Magestade Foi Servida nomear o Conde de Mello para Vice-Inspector da Academia, pela exoneração do Conde de Farrobo. O Conde de Mello, reconhecido Amador das Bellas Artes, identificado com ellas por educação e sympathia, não deixou de corresponder a tão honrosa escolha, empregando-se assiduamente em fazer progredir a Academia, e tratando, não só da gerencia de sua administração económica, mas ainda com igual esmero, no melhoramento dos methodos, e systema d' ensino; como é notório, e se comprova hoje pelo adiantamento dos Alumnos, cujas obras claramente o testemunham<sup>42</sup>.

E, no exacto limite oposto, o panegírico do talento puro, da força da Natureza que estes românticos *cavalheiros da indústria* parecem venerar tanto quanto a panópia de maquinaria glorificadora do Progresso ali presente: “Finalmente, appareceu na Exposição uma obra singular executada pelo Sr. Herculano Antonio de Moncada, que bem pôde chamar-se o Escultor da Natureza: sem academia, sem escola, sem estudos, sem os mais elementares rudimentos da arte, e sem instrumentos proprios, teve o Sr. Herculano a talentosa paciencia de fazer, á ponta de um canivete, de um pedaço de jaspe, uma copia da Estatua Equestre da Praça do Commercio, com a sua baze, gradaria, figuras, pedestal e mais accessorios. A copia é fiel, e a execução perfeita; sem fracturas ou defeitos. O talento natural e instinctivo deste Artista só pôde comparar-se com a sua modestia, e com a incançavel attenção que em dois annos teve para levar ao cabo o seu trabalho. Esta obra mereceo a approvação geral; e o Sr. Herculano os mais distinctos elogios<sup>43</sup>.”

Restam, então, aqueles já mencionados nomes, não mais de quatro, aliás, em oito linhas...

O Major José Joaquim Lopes, que faleceria em 1863<sup>44</sup>, dedicou-se em especialidade a explorar a *tradução* da vastíssima iconografia internacionalmente disponível. Afastado de qualquer pretensão de originalidade, produziu numerosos bustos, meios corpos e mais de meios corpos, com retratos de monarcas e outras figuras históricas, antigas e contemporâneas, personagens literárias e tipos étnicos.

<sup>42</sup> Relatorio que o Professor Substituto de Architectura, servindo de Secretario da Academia das Bellas-Artes de Lisboa, leo perante a Augusta Pessoa de SUA Magestade, A RAINHA, E D' EL-REI SEU AUGUSTO ESPOSO, no dia 30 de Novembro de 1840, em que teve lugar a Sessão Solemne da mesma Academia. S/1 [Lisboa]: s/n, s/d [1840], p. 3.

<sup>43</sup> Relatorio Geral da Exposição de Productos de Industria Portugueza..., p. 23.

<sup>44</sup> LIMA, Henrique de Campos Ferreira – *Subsídios para a História da Litografia em Portugal. Três officiais do Exército Português que foram litógrafos*. Vila Nova de Famalicão: s/n, 1942 (sep. do “Boletim do Arquivo Histórico Militar”, vol. XII), p. 12.

Todo o seu esforço se concentrou na vertente técnica - mas aí foi exímio, como tantas vezes se celebrou, sem deixar de ser reconhecido o grande mérito do empresário Manuel Luiz: “Há pouco tempo tivemos occasião de louvar os progressos que em Portugal, ou, para melhor dizermos, em Lisboa, tem feito a lithographia: fallámos nesta materia quando démos a nossa fraca opinião sobre os Quadros Historicos dos Srs. Castilho, Fonseca e Sendim: tanto o retrato de D. Affonso Henriques, como o quadro das côrtes de Lamego fazem honra á nação; mas é preciso confessar que pelo lado da lithographia, e só da lithographia, vimos ultimamente obra ainda mais prima.

Vem esta a ser uma collecção de desenhos de imaginação representando diversos typos de mulheres de differentes paizes: cremos estes desenhos copias de outros francezes, nem por este lado valeria a pena de escrever uma só linha; mas o que não receámos dizer é que a execução lithographica nada tem que invejar ás melhores obras deste genero francezas e inglezas. A suavidade e a harmonia dos claros e escuros, o macio do todo tocam as raias da perfeição, e chegam a enganar fazendo crer, principalmente as cabeças, que são gravura de cobre. Em nosso entender o Sr. J. J. Lopes, que lithographou estas estampas, poz-se a par dos melhores artistas que trabalham em obras de semelhante natureza<sup>45</sup>.

“É a lithographia uma das artes, que no nosso paiz tem chegado a subido gráu de perfeição, ao mesmo tempo que muito se tem multiplicado.

(...) Mas o que nos parece sem duvida, é que as do Sr. Lopes egualam as mais primorosas estampas deste genero, que nos vem de fóra. Em mimo, delicadesa e toques suaves, nenhuma obra temos visto que nos pareçam melhores do que as duas ultimas lithographias por aquelle Sr. publicadas - o retrato de Petrarcha e o, mais recente, de Heloisa<sup>46</sup>.

“As duas producções lithographicas mais importantes, que ultimamente appareceram, foram a estampa do 3.º quadro historico do Sr. Castilho, desenhada pelo Sr. Fonseca, e o retrato de Abeilard pelo Sr. Lopes, que indisputavelmente tem hoje o primeiro lugar entre os lithographos.

<sup>45</sup> “Lithographia Portugueza”, *O Panorama*, vol. II, n.º 69. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 25 de Agosto de 1838, p. 272.

<sup>46</sup> “Lithographia - Lithographia em Portugal - Companhia para a exploração de pedreiras lithographicas”, *O Panorama*, vol. III, n.º 101. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 6 de Abril de 1839, p. 107.

Ambas estas estampas, lithographicamente de grande merito, saíram da officina do Sr. Manuel Luiz, a quem esta formosa arte deve principalmente os progressos que em Portugal tem tido. Avultadissimas despezas há elle feito para elevar o seu estabelecimento a um grau de perfeição unico no nosso paiz. A variedade das pedras, desde as mais triviaes, que entre nós se acham, até as mais primorosas, que se mandam vir de Alemanha, a bondade das tintas e prélos, a pericia dos officiaes, tudo nesta officina está em harmonia para a tornar digna do nome de excellente. Se em todos os ramos d'artes e industria houvera um homem como o Sr. Manuel Luiz, certo que brevemente não teriamos que invejar nada ás outras nações, como nesta arte nada lhe invejamos já<sup>47</sup>.

Charles Legrand, francês radicado em Lisboa, cujas obras, recorde-se, também “atrahirão geral louvor” na Exposição de 1838, é um dos expoentes da segunda vaga de litógrafos (aquela a quem coube suceder aos pioneiros Vicente Pinto de Miranda<sup>48</sup>, Domingos António de Sequeira, João José Lecocq e Domingos Schiopetta<sup>49</sup>; ou, no Porto, João Baptista Ribeiro<sup>50</sup> e o versátil e prolífero Joaquim Cardoso Vitória Vilanova<sup>51</sup>, enfileirando pois, quanto à capital,

<sup>47</sup> “Publicações Lithographicas”, *O Panorama*, vol. III, n.º 121. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 24 de Agosto de 1839, p. 272.

<sup>48</sup> FÁRIA, Miguel Filipe Ferreira Figueira de – *A Imagem Impressa. Produção, Comércio e Consumo de Gravura no final do Antigo Regime*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (sob a orientação de Agostinho Araújo). Porto: s/n [ed. do Autor, polic.], 2005, vols. I, p. 447 e II, p. 423.

<sup>49</sup> ARAÚJO, Agostinho – *Artes várias, duros tempos...*; e IDEM – “Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schiopetta”, *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 21-29.

<sup>50</sup> MOURATO, António Manuel Vilarinho – *João Baptista Ribeiro (1790-1868)*. 3 vols., polic. Tese de Doutoramento em História da Arte (sob a orientação de Agostinho Araújo). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

<sup>51</sup> CABRAL, Luís – “Introdução”, *Edifícios do Porto em 1833. Álbum de Desenhos de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova. Manuscrito 1479*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1987; CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide; e COSTA, Jorge – *João Cardoso Vitória Vilanova. Litógrafo Portuense do Séc. XIX*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1996; ARAÚJO, Agostinho – *Uma pintura de Joaquim Vilanova, com alguns subsídios de índole biográfica e crítica* (comunicação ao I Congresso sobre a Diocese do Porto “Tempos e Lugares de Memória” – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 5 a 8 de Dezembro de 1998). Porto / Arouca: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa / Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2002 (sep. das Actas, vol. I, do Congresso *supra cit.*); IDEM – “Ainda a propósito do autor da tela de N.ª Sr.ª da Conceição (Paços do Concelho da Póvoa de Varzim, 1806)”, *Opera Fidei. Obras de Fé num Museu de História. Arte Sacra do Arciprestado de Vila do Conde - Póvoa de Varzim*. Exposição (23 de Novembro de 2002 - 15 de Junho de 2003). Catálogo. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim / Museu Municipal da Póvoa de Varzim / Arciprestado de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, 2003, pp. 51-62; e IDEM – *Olhar o Património do Porto: uma empresa liberal* (comunicação ao II Congresso Internacional do Barroco - Porto, Vila Real, Aveiro e Arouca, 18 a 23 de Junho de 2001). Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da F.L.U.P., 2003 (sep. das Actas do Congresso *supra cit.*).

ao lado de Maurício José do Carmo Sendim<sup>52</sup>, Joaquim Pedro Caldas e Aragão, Alexandre de Michellis, Pedro Augusto Guglielmi, José Maria Caggiani, o malgrado João Macphail<sup>53</sup> ou o próprio Lopes, também patente na Exposição realizada no extinto Convento dos Paulistas que ora comentamos<sup>54</sup>.

Enquadrado já em valores românticos e senhor de uma técnica muito segura, sabemos que trabalhou em duas casas litográficas de Madrid, estando pelo menos datada de 1851 a 1854 a sua colaboração com a Litografia J. Donon, na produção da série *Reyes Contemporâneos*<sup>55</sup>.

Entre nós, cultivou abundantemente, em estampa avulsa, a retratística de figuras históricas<sup>56</sup>, tendo ainda realizado alguns registos de santos<sup>57</sup>.

Mas deveu sobretudo a popularidade à sua presença assídua em periódicos olissiponenses, como: *O Beija-Flor* (1838-1842, onde também trabalharam António dos Santos Dias e Sendim); *O Mosaico* (1838-1841, com Sendim); *Universo Pittoresco* (1839-1844, também com Michellis, Guglielmi e António Tomás da Fonseca); *Museu Pittoresco* (1840-1843, também com António dos Santos Dias, Guglielmi, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Manuel J. Valentim, Sendim, Aragão e Caggiani); e *Jornal Militar* (1841) – devendo registar-se que, exceptuando o *Museu Pittoresco* (na “Lithographia de Santos”), todo o trabalho de ilustração destes títulos foi produzido na notável “Officina Lithographica de Manuel Luiz – Rua Nova dos Martyres n.º 12” (embora o *Universo Pittoresco* anteriormente tenha recorrido à “Off. Lithographica do Largo do Quintela n.º 1”, do também muito importante António Carvalho de Lemos, e ainda à “Lithographia da Imprensa Nacional”).

<sup>52</sup> Mal conhecida a sua produção pictórica, que terá sido especialmente de retratista, encontra-se porém já estudado enquanto litógrafo destacado e pedagogo, em aula particular e ao serviço da Casa Pia – cf. RODRIGUES, Carlos Telo – *Maurício José Sendim. Professor e Litógrafo (1790-1870)*. 3 vols., polic. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal (sob a orientação de Agostinho Araújo). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

<sup>53</sup> MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Trajos e Costumes Populares Portugueses do Século XIX, em litografias de Joubert, Macphail e Palhares*. Lisboa: Edit. Panorama, 1968.

<sup>54</sup> Para estes (e numerosos outros) litógrafos de Lisboa a bibliografia disponível continua a centrar-se nos artigos devidos a Luiz Xavier da Costa, Henrique de Campos Ferreira Lima e Ernesto Soares, enquanto para o Porto contam sobretudo (além de vários igualmente de Ferreira Lima) os de Pedro Vitorino.

<sup>55</sup> LAFUENTE FERRARI, Enrique – *Iconografía Lusitana. Retratos Grabados de Personajes Portuguesas*. Madrid: Junta de Iconografía Nacional, 1941, pp. 81 e 120.

<sup>56</sup> SOARES, Ernesto – *Inventário da Coleção de Estampas, série preta*. Vol. I. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1975, pp. 4-5, 7-9, 12-5, 24-5, 28, 30, 32, 37-40, 42-8, 57-61, 67, 74, 77-8, 102, 111, 113, 115-6, 119, 121, 128, 253-4, 276 e 330.

<sup>57</sup> IDEM – *Inventário da Coleção de Registos de Santos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1955, pp. 38-39.

B. Dufourcq foi pintor paisagista, de origem francesa mas nascido em Portugal, cerca de 1806<sup>58</sup>.

É muito provável que tenha tido relacionamento com Domingos António de Sequeira, cujo destaque entre a burguesia liberal se conhece bem. Dirigindo-se ao seu cunhado João Baptista Verde, roga em 3 de Novembro de 1823 o grande pintor auto-exilado em Paris: “Como agora não posso escrever atodos os amigos emcarrego-o para da minha parte atodos dar-lhe as minhas lembranças, não esquecendo o Am.º João Rofino, Maciel, o am.º Dufurque, e todos que se emteresarem pella minha saude (...)”<sup>59</sup>.

No ano anterior encontramos um outro Dufourcq no círculo de amadores de música polarizado em redor de João Domingos Bomtempo, afectos ao credo liberal e muitos oriundos de famílias estrangeiras, sendo já o jovem Barão de Quintela (bastante ligado a Sequeira, como se sabe)<sup>60</sup> o pivô da participação em momento da maior relevância, como reconhece Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Secretário de Estado do Reino, em agradecimento que, emanado do Palácio de Queluz, a 21 de Março de 1822, mandou publicar: “Tendo Sua Magestade dignado acceitar o generoso offercimento que lhe fizeram os Amadores e curiosos de Musica Instrumental, mencionados na Relação inclusa, para acompanharem as Exequias de Sua Magestade Augusta Minha Senhora Rainha D. Maria I, de Saudosa Memoria: Manda El-Rei pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino participar ao Barão de Quintella, como um dos generosos offerentes, e para assim o communicar aos outros, que aquelle offercimento, e a sua feliz execução, merecêrão o Real Agrado, e Approvação de Sua Magestade, fazendo-lhes constar a Benignidade com que o mesmo Senhor acolheo este obsequio, do qual se mostra ao mesmo tempo o talento e os sentimentos dos seus Authores (...)”.

<sup>58</sup> RACZYNSKI, A. - *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal pour faire suite à l'ouvrage ayant pour titre: Les Arts en Portugal. Lettres adressées à la Société artistique et scientifique de Berlin accompagnées de documens. Par Le Comte (...)*. Paris: Jules Renouard et C.<sup>ie</sup>, Libraires-Éditeurs, et Commissionnaires pour l'Étranger, 1847, p. 74, que lhe atribui então a idade aproximada de quarenta anos. Note-se que o diplomata redigira este segundo dos seus dois famosos livros sobre o nosso país no ano imediatamente anterior ao de publicação - cf. IDEM - *Ibidem*, p. 193, s.v. “Maximo”.

<sup>59</sup> COSTA, Luiz Xavier da - *Cartas do pintor Sequeira, da filha e do genro, depois da emigração de 1823*. Lisboa: s/n [Academia Nacional de Belas-Artes], 1940 (sep. de *Arquivo Histórico de Portugal*, vol IV, financiada pela Academia Nacional de Belas-Artes conforme deliberação de 22 de Fevereiro de 1940), p. 27.

<sup>60</sup> Vd. a nossa evocação dos factos mais relevantes: ARAÚJO, Agostinho - “Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schiopetta”, *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 28.

Relação dos Amadores e curiosos de Musica que generosamente se offerecêrão a Sua Magestade para irem tocar nas Exequias da Augustissima Senhora Rainha D. Maria I. - Barão de Quintella. José Maria de Mendonça. Frederico Rudolfo Lahmeyer. Joaquim Luiz Orcese. Augusto Soares Leal. José del Negro. Sebastião Duprat. Cezario Dufourq. Caetano Martins da Silva. João Paulino Vergolino de Almeida. Ignacio Miguel Herche. Francisco Antonio Driesel. Pedro Caviglioli. José Francisco de Assis e Andrade. Joaquim Pedro Scolla”<sup>61</sup>.

A condição social de B. Dufourcq permitiu-lhe pois formação cuidada, incluindo viagem a Itália. Algumas das paisagens a aguarela que aí fez foram enviadas ao Salon de Paris, entre os anos de 1827 e 1834, marcando também presença, de 1830 a 1834, na Royal Academy e na British Institution de Londres<sup>62</sup>.

Compreendemos agora melhor por que “atrahirão geral louvor”, na Exposição de 1838 da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, “os “Quadros do sr. Dufourq (...), notando-se nas tres vistas de Italia pintadas a oleo (...) um bom colorido, e perspectiva”.

Logo tomaria discípulos, atraídos pela novidade do género paisagístico<sup>63</sup>, como o futuro 2.º Visconde de Meneses e nome grande da pintura portuguesa, que em 1840 (ou mesmo antes) lhe copiou a “vista do Convento de la Cava no Reino de Napoles”, quadro admitido na primeira exposição da Academia e dito “pintado pelo Snr. Luiz Pereira de Menezes, Amador de Bellas Artes”<sup>64</sup>.

Os seus trabalhos, a óleo e a aguarela, foram, na verdade, muito justamente apreciados nos inícios do Romantismo, ficando na posse de alguma aristocracia e, sobretudo, de diplomatas e outros estrangeiros residentes na capital<sup>65</sup>.

<sup>61</sup> VIEIRA, Ernesto - *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes. Historia e Bibliographia da Musica em Portugal por (...)*, vol. I. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1900, p. 134.

<sup>62</sup> BÉNÉZIT, E. (sous la direction des héritiers de) - *Dictionnaire critique et documentaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs de tous les temps et de tous les pays par un groupe d'écrivains spécialistes français et étrangers*. Nouvelle édition, tome 3.<sup>ème</sup>. Paris: Librairie Gründ, 1976, p. 719.

<sup>63</sup> Para a fase precursora vd. ARAÚJO, Agostinho R. M. de - *Experiência da Natureza e Sensibilidade Pré-Romântica em Portugal. Temas de Pintura e seu Consumo (1780-1825)*, 2 vols. Porto: ed. do Autor (polic.) para apresentação a provas de Doutoramento em História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, subsidiada pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

<sup>64</sup> *Descrição das Obras apresentadas na primeira Exposição triennial da Academia das Bellas-Artes de Lisboa. Obras inventadas, executadas, ou copiadas pelos Professores, Academicos de Merito, Artistas aggregados, e Discipulos*. S/1 [Lisboa]: s/n, s/d [1840], p. 12.

<sup>65</sup> RACZYNSKI, A. - *Dictionnaire Historico-Artistique...*, pp. 74-75.

Ao dar a notícia crítica da segunda das exposições trienais da Academia Real de Belas Artes, acabada de realizar, Raczyński destacaria, na sua carta de 10 de Janeiro de 1844, entre os sete óleos de Dufourcq, uma vista da casa de campo de D. João Manuel de Meneses, 2.º Marquês de Viana, em S. Pedro de Sintra<sup>66</sup>.

Sintrensens eram ainda as suas *Quinta dos Castanheiros* e *Quinta da Pena* (tomada da Regaleira), bem como outras vistas, de senhoras amadoras que ensinava<sup>67</sup> – e bem reveladora é tal temática, neste ano de 1843 em que Dufourcq se impõe, junto a Roquemont, como referência para os jovens que levariam a cabo a *rebelião romântica* possível em Portugal.

Curioso é o facto de ter figurado, nesta Exposição de 1838, Máximo Paulino dos Reis (1778-1865), tão frequentemente alvo de críticas por sua actividade no Palácio da Ajuda. Mas essa presença, mostrando o penafidense duas peças de tema religioso, só se poderá interpretar no âmbito de uma necessária revisitação da sua vida e obra, que excede os objectivos do presente estudo<sup>68</sup>.

#### Leilões de recheios domésticos

A heterogeneidade e a ausência de hierarquia aqui patentes acertar-se-iam, sem dúvida, com o gosto dos visitantes, isto é, com o que escolhiam para as suas próprias casas: “Sexta feira 12 do corrente, ao meio dia, na rua dos Caetanos n.º 6 por ordem do conselho de família do defunto Daniel Connel se ha de vender em leilão uma grande porção de antiquíssimas e raras medalhas de ouro, prata, e cobre; um pequeno muzeu de conchas e figuras; alguns bons painéis de auctores conhecidos, e entre eles diversos em marfim e muzaico; bem como uma estante com uma collecção de amostras de toda a qualidade de madeiras, e uma livraria que comprehende alguns centos de volumes, cadeiras, guarda roupa, mesas etc. etc.”<sup>69</sup>.

<sup>66</sup> RACZYŃSKI, A. – *Les Arts en Portugal. Lettres adressées à la Société Artistique et Scientifique de Berlin, et accompagnées de documens. Par Le Comte (...)*. Paris: Jules Renouard et C.<sup>ie</sup>, Libraires-Éditeurs, et Commissionnaires pour l'Étranger, 1846, pp. 93 e 96.

<sup>67</sup> MACEDO, Diogo de – *Os Românticos Portugueses*. Lisboa: Realizações Artis, 1961, p. 11.

<sup>68</sup> ARAÚJO, Agostinho – “Sobre alguns enquadramentos da carreira do pintor Máximo Paulino dos Reis”, *Anais - Série História*, vol. XI-XII. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2007-2008, pp. 15-46.

<sup>69</sup> *Diário do Governo*. Lisboa: 10 de Fevereiro de 1836. Vd. também: “Sexta feira 26 de Fevereiro, ao meio dia, na rua de S. Caetano n.º 6 ao Bairro Alto se ha de vender em leilão uma livraria, que contem alguns centos de livros e diversos paineis com pinturas de bons auctores, e uma collecção de Medalhas antiquíssimas, em ouro, prata, e cobre, avaliadas em 5:000\$000 rs. alguma mobilia e um presepio” – cf. *Diário do Governo*. Lisboa: 23 de Fevereiro de 1836.

À margem do excepcional João Allen<sup>70</sup>, não se pode pois, no período (e em geral para os anos 1830-40), falar de coleccionismo de arte – e, a propósito, bem sintomático é do clima de crise o facto de, havendo decidido o corpo docente da Real Academia de Belas Artes (por proposta do aliás portuense pintor Joaquim Rafael) homenagear Allen com a sua eleição como Académico Honorário, o que o governo de Passos Manuel aprovou por portaria de 11 de Maio de 1837, só lhe ter sido passado o respectivo diploma mais de oito anos depois<sup>71</sup>.

Mas alguns pintores mantinham o seu bom nome no mercado, como Jean-Baptiste Pillement, frequentemente (e até bem tarde)<sup>72</sup> grafado à maneira inglesa, fruto da marca que, graças à sua estada, deixou na literatura artística inglesa, bem como do bom acolhimento grangeado junto das influentes comunidades britânicas do Porto e de Lisboa.

São vários os anúncios de vendas destacando obras do pintor lionês, em 1832, 37, 38...: “Quem quizer comprar quatro painéis do Author *Monsieur Pillement*, queira dirigir-se á rua de S. José, n.º 122, quarto andar, onde os poderá ver”<sup>73</sup>; “Vende-se uma collecção de painéis pintados a óleo de Pilme e de mais diferentes authores na rua dos Retrozeiros n.º 115, 1.º andar, esquina da rua do Ouro”<sup>74</sup>; “Vende-se uma collecção de painéis, pintados a óleo por Pilma, Rubens, e de mais Auctores conhecidos, na rua nova do Carmo, n.º 7, 1.º andar”<sup>75</sup>.

Por outro lado, já João Baptista Ribeiro tinha assinalado na Brévia dos monges brancos de S. Bernardo (Porto) uma pequena paisagem de “Pelleman”, informando que lá faltavam (isto é: haviam sido desviados...) “tres paizes companheiros do que existe”<sup>76</sup>, evidente sinal de cobiça pelos trabalhos do mestre de Domingos Francisco Vieira e do grande Vieira Portuense, na oportunidade em que as colecções das casas religiosas eram desmembradas e apropriadas pelo Estado.

<sup>70</sup> SANTOS, Paula Maria Mesquita Leite – *João Allen (1781-1848). Coleccionador e Fundador de um Museu*. Porto: edição da Autora, com apoios da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do Instituto Português de Museus, 2005 (Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1996, sob a orientação de Henrique Coutinho Gouveia e Agostinho Araújo).

<sup>71</sup> VALENTE, Vasco – *João Allen (1781-1848). Soldado, negociante, artista e amigo das artes. Comemorando o 1.º centenário do seu falecimento*. Porto: Edições Marânus (sep. do “Boletim Cultural” da Câmara Municipal do Porto, vol. XI, n.º 1-2), 1948, p. 24.

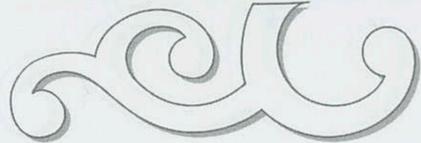
<sup>72</sup> “*Museu Portuense*. Situado na rua da Restauração: tem quadros de Pilman, Vieira Portuense, e outros, e uma rica, variada, e rara collecção de medalhas e conchas” – cf. BARBOSA, Francisco Ferreira – *Elucidário do viajante no Porto*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1864, p. 89.

<sup>73</sup> *Gazeta de Lisboa*. Lisboa: 16 de Maio de 1832.

<sup>74</sup> *Diário do Governo*. Lisboa: 19 de Junho de 1837.

<sup>75</sup> *Diário do Governo*. Lisboa: 27 de Novembro de 1838.

<sup>76</sup> BRITO, Nogueira de – “Relação dos quadros pertencentes aos conventos abandonados que o Lente de Desenho da Academia do Porto, João Baptista Ribeiro, julga importantes (1833)”, *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, tomo XIII, 5.ª série, n.º 8-12. Lisboa: 1921, p. 398.



### Conclusão

Longe do empolgação retórico em volta de iniciativas há muito imprescindíveis (e esboçadas, como por exemplo – e para não irmos bem mais atrás... – naqueles Estatutos de 1835, devidos ao cartista Agostinho José Freire, depois assassinado) mas cuja plena concretização ficou prisioneira de múltiplos óbices, desde a carência de adequadas instalações de raiz à míngua dos financiamentos, da falta de critério transparente no recrutamento de quadros à baixa exigência de nível intelectual dos formandos – como foram os casos, mas não únicos, das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto – parece antes visível uma realidade bem menos optimista.

Não existindo uma opinião pública organizada (ou mais centrada) sobre as Belas Artes, é possível porém encontrar, em diversos registos, intervenções publicadas e dirigidas, quer a sectores específicos e representativos, quer a uma audiência mais vasta, dado o veículo de divulgação utilizado.

É possível também identificar os agentes dessas informações e comentários que, *grosso modo*, revelam sintomas de baixa cultura artística, como a ausência de uma prática crítica, a indiferença pelos programas iconográficos ou sua estrita subordinação a comandos ideológicos, o enorme peso social do amadorismo. E, sobretudo, a persistência da permeabilidade da formação artística, de modo directo ou indirecto, aos interesses ditos pragmáticos (isto é: mais imediatistas) da economia nacional, com a justificação de qualificar artífices, produtos e fábricas do país e diminuir o peso das importações.



## A Ponte da Serra em Tondela – A Temporalidade Efémera da sua Funcionalidade

Luís Cabrita Lima Gomes

